ANO IMPORTANTE PARA O LANÇAMENTO DO PLANO ABC+



JULIANO SABELLA ACEDO

Diretor vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM)

BASTANTE COMPARÁVEL a 2015 – quando foi assinado o Acordo de Paris, na 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para a Mudança Climática (COP-15/UNFCCC, nas siglas em inglês) –, este ano será muito influente nos rumos futuros que tomarão as questões ambientais e climáticas no mundo. O Brasil terá a oportunidade de ocupar um vasto espaço nessa agenda desafiadora. O padrão de mercado estará voltado à demanda por produtos e serviços de baixo carbono, de forma alinhada ao sistema de governança ambiental e social (ESG, também em inglês).

Nesse sentido, dispomos do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), que foi aprovado e criado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2011. Desde julho de 2020, sob a liderança da Coordenação-Geral de Mudanças do Clima do Departamento de Produção Sustentável e Irrigação (CGMC/Depros/MAPA), foram iniciados os trabalhos de montagem do Plano ABC +, para o horizonte de 2030.

Com um amplo envolvimento de técnicos, pesquisadores, consultores e outros parceiros, a ASBRAM considera providencial e oportuna essa mobilização visionária do agro nacional.

RESULTADOS ATENDEM A META PLANEJADA

No ciclo de 2010 a 2020, 52 milhões de hectares no País adotaram as práticas agrícolas de baixa emissão de carbono do Plano ABC, sendo metade dessa área correspondente à recuperação de pastagens degradadas. Ao mitigar a emissão para a atmosfera de 110 milhões de miligramas de CO_2 equivalente, com alcance de 115% da meta planejada, o Plano ABC se tornou uma referência de política pública para o setor agropecuário.

Em termos de custo-benefício social, para cada R$ 1,00 colocado no Plano ABC pelo Governo, o produtor investiu R$ 7,00 com recursos próprios. Essa relação simbiótica serve de exemplo nas negociações internacionais em prol de menor proteção no comércio agrícola e dotação de fundos pela prestação de serviços ambientais. “Conservação e ganhos de produtividade continuarão sendo o mantra para a baixa emissão de carbono pelo agro”, diz a ministra do MAPA, Tereza Cristina.

PASSOS PARA A NEUTRALIDADE CLIMÁTICA

A iniciativa governamental de traçar metas de neutralidade climática traz ganhos econômicos, sejam comerciais ou ambientais, além de uma boa reputação internacional. Como protagonista nas negociações ambientais e climáticas, o Brasil precisa atrair recursos para cumprir a sua missão quanto à segurança alimentar do mundo. E as nossas vantagens competitivas ficarão mais fortes com matriz energética renovável, biodiversidade abundante e engajamento do setor privado.

Para o próximo mês de julho, aguardamos o lançamento e a entrada em consulta pública do Plano ABC+. As metas definidas servirão para promover a adaptação do nosso território às mudanças do clima e a mitigação das emissões de gases do efeito estufa (GEE). Com uma gestão integrada e moderna da paisagem e uma combinação de eficiência e resiliência dos sistemas produtivos, transmitiremos ao exterior a intenção de manter as florestas em pé. Serão marcos de referência para traçarmos o futuro sustentável da tropical agropecuária brasileira. ■